



Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

1 **Ata da 12ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Ao dia 24 do mês de junho
2 de dois mil e quatorze, às dezoito horas, na Sala de Reuniões do Conselho Municipal de Saúde, situada
3 na rua XV de Novembro, 120 na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a décima segunda reunião
4 ordinária do CMS de Ponta Grossa. Estavam presentes os conselheiros, Luiz Antonio Delgobo, Cássia
5 Zweifel Moro Gesuato, Charles Renan Pinto Aurélio, Regina Bittencourt, Elaine Cristina Antunes
6 Rinaldi, Vera Lucia Wosgerau, Regina Aparecida Rodrigues, Eliane de Freitas, Sergio Ferreira
7 Doszanet, Jiovany do Rocio Kissilevicz, Recson Eder Marques Pelentil, Paulo Saincler Heusi, João
8 Carlos dos Santos Camargo, Sergio Luiz Ferreira de Andrade, Irmã Anizia Horodenski, Célio Leandro
9 Rodrigues, Genecilda Lourenço Gotardo deu quórum a reunião, a Presidente Jiovany do Rocio
10 Kissilevicz assumiu os trabalhos e procedeu a abertura da reunião cumprimentando a todos os presentes,
11 conselheiros e participantes. Pauta do dia: **1. Leitura e Aprovação da Ata 11ª da reunião Ordinária. 2.**
12 **Relato Geral. 2.1. Relato da Comissão de Orçamento Programas e Projetos. 2.2 Informes Gerais: VI**
13 **Plenária Estadual de Conselhos de Saúde do Estado do Paraná. 3. Ordem do dia. 3.1. Apresentação da**
14 **SOS Alegria (Doutores da Alegria) dos trabalhos realizados nos hospitais de Ponta Grossa. 3.2.**
15 **Apresentação do Novo Credenciamento das Clínicas Terceirizadas de Fisioterapia para o ano de**
16 **2014/2015. 3.3. Apresentação da Ouvidoria sobre o levantamento realizado no primeiro quadrimestre de**
17 **2014. 3.4. Apresentação do projeto de contratação de instituição para atendimento de consultas de**
18 **urgência e emergência pediátrica de alta complexidade para atendimento da população de Ponta Grossa.**
19 **3.5. Pedido de Vista do conselheiro Luiz Antonio Delgobo, referente aos CAS. 1. Leitura e Aprovação**
20 **da Ata 11ª da reunião Ordinária.** Aprovada com ressalvas do conselheiro Paulo Saincler Heusi, na
21 linha 21 e linha 31, fala que seu nome está errado, leia-se **Paulo Saincler Heusi**, na linha 48, a
22 secretaria instaurou **Leia-se instaurou investigação referente às denúncias dos CAS** e na linha 50
23 **suprimir a frase passou a palavra. 2. Relato Geral. 2.1. Relato da Comissão de Orçamento**
24 **Programas e Projetos.** A presidente fala que o Relato do conselheiro Sergio Ferreira Doszanet passará
25 junto com o ultimo ponto de pauta 3.5 referente ao pedido de vistas. A presidente Jiovany do Rocio
26 Kissilevicz fala que na reunião passada foi falado referente aos CAP'S e passa a palavra para a
27 Coordenadora da Saúde Mental Ana Paula e para o Doutor Gustavo. A Coordenadora da Saúde Mental
28 Ana Paula fala que com relação do que o conselheiro Leandro Soares Machado falou na reunião passada
29 sobre um atendimento de uma usuária do CAPS TM (transtorno mental), disse que lá (CAPS) não tinha
30 médico psiquiatra e que o médico disse para a mãe da paciente que não poderia atendê-la porque ele não
31 era medico especialista, Ana Paula Justifica que era o medico (**do Pronto Socorro**),e que o atendimento
32 da psiquiatria seria das 10h00min as 12h00min, e ela chegou às 14h00min no CAPS, diz que já era uma
33 usuária atendida do CAPS, o primeiro atendimento dela foi 15 dias antes da tentativa de suicídio, diz
34 que a Doutora Juliana fez a avaliação dela solicitou de novo o internamento psiquiátrico, porque o a
35 partir do momento que o Pronto Socorro liberou a paciente para o CAPS tirou o nome dela da central de
36 regulação (central de leitos), a Doutora Juliana fez novamente a solicitação de vaga, conversou com a
37 família, em momento nenhum a paciente ficou sem atendimento, não sabe o que o conselheiro Leandro
38 quis colocar no dia, se o CAPS deveria ficar com ela mais tempo lá dentro, como ele não está presente
39 não sabemos em que sentido ele quis colocar que a paciente não foi atendida. A presidente fala que já
40 foi decidido pela Mesa Diretora que casos pontuais não trazer mais para o pleno. O Doutor Gustavo fala
41 que existe uma grande falha em nosso sistema, se existe uma indicação de internação, se o paciente está
42 correndo risco de suicido à internação deve ocorrer no momento, e não ficar esperando no Pronto
43 Socorro ou ser mandado embora, o correto seria que imediatamente no caso de suicídio houvesse um
44 leito para ele ficar, o que acontece na nossa realidade é que o paciente que tenta suicido é obrigado a
45 ficar esperando uma vaga, às vezes ele fica de 2 a 4 dias no Pronto Socorro esperando a vaga, e as vezes
46 o hospital Amadeu Puppi (Pronto Socorro) libera esse paciente para a casa, como mandar um paciente
47 correndo risco para a casa, mas por outro lado não tem como ficar uma semana com esse paciente
48 sentado na cadeira, a Saúde Mental está tentando reimplantar a central de leitos psiquiátricos no Pronto
49 Socorro que foram desativados, se conseguirmos montar novamente, para os pacientes permanecerem



50 uns dias e se ter uma estrutura psiquiátrica pré-internação ao hospital psiquiátrico, assim essas situações
51 de o paciente ficar desamparado acabaria mas a falta de vaga continua. A presidente fala que o Conselho
52 recebeu um ofício semana passada e vai ler para o pleno ofício 002/2014, protocolado pela funcionaria
53 Neumari. **2.2 Informes Gerais: VI Plenária Estadual de Conselhos de Saúde do Estado do Paraná.**
54 O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala que dia 26 de julho vai acontecer a VI Plenária Estadual de
55 Conselhos de Saúde, onde nós do CMS temos que escolher 2 usuários (titular e suplente), 1 trabalhador
56 e 1 prestador ou gestor, fala que os conselheiros que derem o nome para participar da VI Plenária, está
57 no regulamento que aqueles que não forem a sua entidade deverá pagar as despesas que o Conselho
58 Estadual iria ter para o conselheiro estar presente. A presidente fala que teve uma, Vídeo Conferência no
59 dia 16/06/2014 e ela não pode participar, mas foram as duas secretárias executivas; Sueli e Ivone; fala
60 que na durante a Vídeo Conferência junto com as outras Regionais foi falado que as secretárias
61 executivas também irão participar; fala que às custa das despesas das secretárias executivas vai ser pela
62 SMS. A presidente fala que os representantes do segmento do usuário como 1- titular será o conselheiro
63 Paulo Saincler Heusi e como suplente o conselheiro João Carlos dos Santos Camargo, 2- titular Recson
64 Eder Marques Pelentil e como suplente Rosangela Rigoni como segmento do trabalhador 1-titular
65 Regina Aparecida Rodrigues e como suplente Vera Lucia Wosgerau, como segmento do gestor ou
66 prestador 1- titular e um suplente (**não houve interesse por parte do gestor ou prestador**). A
67 presidente fala que está sendo reabertas algumas Unidades de Saúde da Família (Jardim Planalto,
68 Pinheirinhos, Parque Estadual de Vila Velha, Uvaia). O conselheiro Célio Leandro Rodrigues justifica
69 sua falta da reunião passada que estava numa luta na nossa organização pela conquista da terra em que
70 vive, fala que vai pedir ausência por 120 dias do CMS, e quem vai assumir será a Senhora Genecilda
71 Lourenço Gotardo, pedirá ausência por motivo de ser pré-candidato a deputado federal, se for
72 homologado prefere estar afastado do CMS. A presidente fala sobre o QUALI CONSELHO tem que
73 responder algumas questões junto com todos os conselheiros para depois fazer as inscrições, o prazo e
74 de 40 dias apos do recebimento, o prazo limite e ate dia 20 de julho. **3. Ordem do dia. 3.1.**
75 **Apresentação da SOS Alegria (Doutores da Alegria) dos trabalhos realizados nos hospitais de**
76 **Ponta Grossa.** Foi apresentado pelo Bruno Raphael Madalozo Santos e Micheli Vaz Madalozo Santos,
77 um vídeo mostrando o trabalho realizado com pacientes em hospitais. A senhora Micheli Vaz Maldozo
78 fala que e o sexto ano que estão atuando, o trabalho foi realizado com mais de quarenta e dois mil
79 pacientes e a ONG conta com cerca de 60 (sessenta) pessoas e 30 dessas pessoas são palhaços que
80 atuam 2 (duas) vezes por semana nos hospitais de Ponta Grossa, a senhora Micheli fala que houve uma
81 grande procura pelo trabalho exercido pela ONG, então a ONG precisando de ajuda para captação de
82 recursos para ajudar a manter o trabalho. Fala também que todos os palhaços são formados e capacitados
83 para a área de atendimento dos pacientes. E todos os voluntários sempre estão fazendo capacitações. A
84 presidente Jiovany Do Rocio Kissilevicz fala que a entidade Esquadrão da Vida foi indeferida devido à
85 documentação chegar com atraso. A presidente coloca em votação a liberação do certificado de
86 inscrição da entidade Esquadrão da Vida; foi indeferido por 9 (nove) votos. O Vice prefeito Jose Carlos
87 Haad, fala que o Esquadrão da Vida e muito importante para a cidade de Ponta Grossa por que alem de
88 ajudar pessoas a entidade esta tirando pessoas (viciadas) do meio do mal para fazer um tratamento. O
89 vice prefeito Jose Carlos Haad levou junto com ele o pastor Rodrigo Labiak, o vice presidente do
90 Esquadrão da vida, fala que a entidade pede explicações do por que a entidade foi indeferida. O
91 conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala que no mês de fevereiro foram chamadas todas as entidades a
92 participarem de uma reunião junto à comissão onde eles discutiram e analisaram a resolução 15 (quinze)
93 que se transformou na resolução 8(oito) onde a resolução foi estipulado prazo, documentação e foi
94 apresentado e encaminhado a todas as entidades e a comissão seguindo uma resolução do nosso
95 conselho, que foi aprovado pelo pleno do CMS foi homologado junto ao diário oficial e a comissão tem
96 que seguir a resolução e a resolução foi encaminhada pra todas as entidades, a comissão ainda aceitou a
97 sugestão das entidades para prorrogar ate 15 (quinze) de abril para entregar as documentações para
98 podermos analisar ate 30 de maio. Após este prazo (15 de abril) todas as entidades ficaram indeferidas e



99 como essa entidade não nos encaminhou os documentos necessários e só nos encaminhou dia 27 de
100 maio então a entidade esta automaticamente indeferida. O vice Presidente Rodrigo Labiak, fala que não
101 sabia da reunião e nem o presidente sabia dessa reunião, o vice presidente fala que entende o lado da
102 comissão e pede para comissão rever o que foi decidido por que a entidade necessita deste recurso. O
103 Conselheiro Sergio Ferreira Doszanet pede ao vice presidente da entidade Rodrigo Labiak que monte
104 um projeto para 10 (dez) atendimentos totalmente gratuitos junto com um CAPS, e pela portaria 121 que
105 fala sobre as entidades e o projeto tem que estar totalmente em cima da Lei, se nos apresentar tudo isso
106 daí colocamos na plenária para a plenária decidir, sem isso não temos como avaliar, porque R\$
107 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), 5(cinco) mil mensal para atender 4(quatro) pessoas no município
108 de Ponta Grossa, é inviável. O vice-prefeito Zeca fala que cada um desses 4 (quatro) pacientes ficam 9
109 (nove) meses, então esses 59 (cinquenta e nove) mil reais, são gastos com as 4 (quatro) pessoas por mês.
110 O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala que não se refere ao valor e sim com a quantidade conforme
111 está na portaria. O conselheiro Célio Leandro Rodrigues fala que não podemos abrir exceção, por que
112 outras entidades não cumpriram o protocolo, então deveríamos abrir exceção para todas. A conselheira
113 Cássia Zweifel Moro Gesuato fala que não concorda com o conselheiro Célio porque essa entidade
114 presta um bom trabalho para a comunidade e o trabalho da entidade fará falta para a população e acha
115 que município terá perda com a falta da entidade. A presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz coloca em
116 votação para que seja revisto o credenciamento da entidade junto ao CMS, 5 (cinco) votos favoráveis, e
117 9 (nove) votos contra, portanto a entidade ficou indeferida. **3.2. Apresentação do Novo**
118 **Credenciamento das Clínicas Terceirizadas de Fisioterapia para o ano de 2014/2015.** A
119 coordenadora de Fisioterapia Paula Gisele Braz fala do edital de chamamento para credenciamento do
120 edital nº10/2014.**3.3. Apresentação da Ouvidoria sobre o levantamento realizado no primeiro**
121 **quadrimestre de 2014.** Apresentado pela Daniele de Antoni Calixto Strack – Assistente Social, que fala
122 sobre manifestações anuais, manifestações de cada mês, orientações por mês, Manifestações por tipo de
123 registro, Manifestações por classificação de registro, Manifestações tipificação, principais problemas de
124 gestão: 388 manifestações, assistência a saúde: 198 manifestações, manifestações status, local das
125 manifestações e manifestações ano de 2013: 272; manifestações ano de 2014: 679 realizado também
126 neste período 747 orientações: totalizando 1426 atendimentos. **3.4. Apresentação do projeto de**
127 **contratação de instituição para atendimento de consultas de urgência e emergência pediátrica de**
128 **alta complexidade para atendimento da população de Ponta Grossa.** O Conselheiro Luiz Antonio
129 Delgobo, Fala que a UTI pediátrica saiu agora são três leitos, e diz que não tem cirurgia pediátrica em
130 Ponta Grossa. Diz que o Regional tem três leitos, 2 (dois) normal de pediatria clinica que não faz
131 cirurgia, e diz que como toda porta de entrada fica no hospital da Criança fica amarrado até alguém
132 conseguir por na regulação e transportar rapidamente para Curitiba ou outra cidade próxima disponível,
133 então em meio a essa situação se teve a necessidade de abrir um projeto para que seja contratada uma
134 instituição hospitalar para atender a população de Ponta Grossa. Diz que o projeto já passou pela
135 comissão e já foi analisado. O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala que no dia 16 de junho a
136 comissão se reuniu e analisaram vários itens e viram a importância que tem este projeto e recomendaram
137 ao conselho para aprovação do projeto devido à necessidade de se ter um local específico que se atenda
138 o município de Ponta Grossa, e diz que o município vai economizar por que esta pagando R\$ 95.000,00
139 (noventa e cinco mil reais) e ira pagar uma média de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). A presidente
140 Jiovany do Rocio Kissilevicz pede aos conselheiros para que não saiam das reuniões antes do termino e
141 que a partir desta reunião a lista de presença será colocada no final da reunião e se algum conselheiro
142 tiver algum compromisso que comunique antes. A presidente coloca em votação o projeto; o projeto foi
143 aprovado por 13 (treze) votos e uma abstenção. **3.5. Pedido de Vista do conselheiro Luiz Antonio**
144 **Delgobo, referente aos CAS.** O conselheiro Luis Antonio Delgobo diz que foi encaminhado para o
145 conselho à justificativa que pede 30 dias após a reunião de plenária para montar um projeto para explicar
146 como vai ser definido e estabelecido os critérios para titulação do CAS, se vai se tornar um NASF e etc.
147 E diz que foi falado em outubro do ano passado que o CAS iria fechar mas o pessoal da antiga gestão



Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

148 viu que não ia dar certo por causa da contratação dos funcionários, por que a SMS não tem autonomia
149 para contratação dos funcionários quem tem e a Secretaria de RH (recursos humanos). E diz que foi
150 encaminhado para o conselho um ofício para o CMS em setembro de 2013 e está no relatório do
151 conselho em 10/09/13 que a secretaria solicita prazo de ativação de 130 dias para instalação do núcleo
152 de apoio a saúde da família os NASF, então setembro, outubro, novembro, dezembro, fevereiro foi até
153 fevereiro, e fevereiro e março ficou sem contrato e tiveram que pagar por indenização os CAS e a
154 FAUEPG nos colocou contra a parede dizendo ou vocês fazem um contrato ou a gente para com o
155 serviço, então houve a necessidade de fazer uma espécie de licitação por mais 90 dias que iria findar em
156 30 de junho, e diz que o que eles estão pedindo são esses 30 dias a partir da data desta reunião da
157 plenária para elaborar um plano estratégico para dizerem assim o CAS vai fechar tal dia. O conselheiro
158 Sergio Ferreira Doszhanet fala que analisando o pedido de vista, a situação do município, e analisando
159 também a preocupação geral da nossa comissão (comissão de orçamento programas e projeto), que se
160 reúne semanalmente, quando nós tivemos um posicionamento em cima referente ao CAS, temos aqui
161 um parecer, de uma comissão que fez uma leitura minuciosa, referente às leis nacionais pertinente a este
162 assunto, e em cima de tudo isso, nós temos a ata de 6(seis)de abril que vocês (representantes da
163 Secretaria de saúde) colocaram que seria fechado no dia 30 de setembro, e que dia 1º (primeiro) de
164 outubro abriria os NASF, e nós no dia aprovamos o plano, perguntamos se isso realmente iria acontecer
165 e foi confirmado que sim, e nós sabemos que estamos em transição, espero que essas transições acabem,
166 se lerem o plano plurianual o artigo 165 da constituição federal ela nos diz que realmente o CAS não
167 poderia estar atuando agora conforme não está no plano plurianual de 2014-2017, vocês(representantes
168 da Secretaria de saúde) confirmam isso na justificativa e não tiveram cuidado de manter o CAS, apesar
169 de ter um pedido de 150 (cento e cinquenta) dias, vocês deram condições de dizer nós somos
170 incompetentes devido a esta situação, pensando em tudo isso a lei complementar 101 nos dá respaldo
171 do CMS a resolução 453 que vocês colocaram no parecer, estão pedindo 30 dias para apresentar um
172 projeto mais 30, 90 dias para realmente colocar em funcionamento, a Secretária colocou agora que se
173 tudo ocorrer bem, até o final de julho pelo menos um CAS se transforma em NASFs, a comissão
174 analisou em cima deste assunto, não estamos exigindo nada além daquilo que consta na lei, e o que os
175 conselheiros aprovaram, **se formos contra aquilo que aprovamos no CMS**, respondemos junto com a
176 Secretária junto com o prefeito, nós do CMS fizemos o máximo para as coisas ocorrerem direito, mas
177 não estamos em uma situação que momento podemos dar esses 30 dias, não temos certeza de que vão
178 realmente cumprir o que estão colocando hoje. O conselheiro Luiz Delgobo fala que a certeza é a
179 seguinte nós temos um edital, um concurso aberto nós temos como contratar, o conselheiro Sergio
180 Doszhanet fala que se analisarmos estamos em 12 meses de atraso, eu como conselheiro gosto de ver as
181 coisas que funcionam bem, sei que o CAS não funciona direito, como vocês apresentaram para nos na
182 reunião de comissão aquele ofício que vão buscar as informações, e nós analisamos todas as leis, agora
183 com tudo que vocês estão colocando aqui, esse pedido de vistas, que foi pedido antes de entrar no
184 período de votação, que pelo nosso regimento não poderia, mas foi liberado, meu posicionamento é
185 fechar os CAS's. Na nossa reunião passada nosso próprio promotor colocou aqui no pleno que
186 deveríamos pensar mais e analisar essa situação e a prioridade é o usuário que é o nosso objetivo, nós do
187 CMS temos a prerrogativa de deliberar uma prorrogação, mas desde a SMS se comprometa a cumprir, e
188 não fazer o que fez, nós podemos aprovar, mas no relatório anual de gestão aparecerá como ressalva, e
189 vocês responderão ao Tribunal de Contas, vocês estão pedindo prorrogação de prazo para realmente
190 cumprir o que colocaram, porque vocês no ano de 2014 em cima do PPA entrarão com atraso de 10
191 meses. A Presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz coloca em votação o pedido de vista de 30 dias para o
192 cronograma e a realização do projeto, do conselheiro Luis Antonio Delgobo, referente ao CAS m
193 aprovado por 9 (nove) votos a favor e 4 (quatro) abstenções. A presidente encerra a reunião as
194 21h00min.